

**A UNIVERSIDADE CONTRIBUINDO NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO
ATRAVÉS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O CASO ESPECÍFICO DO
PROJETO “MÚSICA, POESIA E CIDADANIA”**

**THE CONTRIBUINDO UNIVERSITY IN TRAINING THROUGH THE
CITIZENS OF UNIVERSITY EXTENSION: THE CASE OF THE PROJECT
SPECIFIC "MUSIC, POETRY AND CITIZENSHIP"**

Marcia Clotilde Facci Capelette¹

Bianca Burdini Mazzei²

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo descrever a ação de Responsabilidade Social, no sentido de formação cidadã, do Projeto de Extensão intitulado “Música, Poesia e Cidadania”, proposto pelo Museu Dinâmico Interdisciplinar da Universidade Estadual de Maringá no Paraná. A Pesquisa Descritiva foi a base para a elaboração do presente artigo, além da Pesquisa Bibliográfica que forneceu o suporte necessário para a discussão sobre a Extensão, desde o seu surgimento até a utilização de tal ferramenta nas Instituições de Ensino Superior. Utilizou-se também a Análise de Documentos ao tratar especificamente do Projeto de Extensão “Música, Poesia e Cidadania”, que foi formalizado na Universidade Estadual de Maringá, em julho de 2005, através do Processo nº 1926/05. O acesso ao referido material foi possível tendo em vista que a pesquisadora é membro efetivo do Projeto, o que possibilitou também a Observação Participante, ou seja, os resultados obtidos pelo Projeto puderam ser acompanhados pela própria pesquisadora, não apenas durante a elaboração deste artigo, mas desde a implantação do Projeto de Extensão “Música, Poesia e Cidadania”. O objetivo da pesquisa é analisar a contribuição da Universidade Estadual de Maringá na formação do cidadão através da Extensão Universitária, utilizando como base, especificamente, o Projeto de Extensão “Música, Poesia e Cidadania”. Um trabalho de conscientização e formação do cidadão através da música e da poesia poderia soar como utopia. Assim, o desafio de analisar esse projeto, o seu alcance, quais resultados estariam sendo obtidos, pareceu uma tarefa agradável e recheada de surpresas.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade Social. Universidade Pública. Cidadania.

ABSTRACT: The objective of this research is to describe the action of Social Responsibility, in the sense of citizens’ formation, within de Extension Project named “Music, Poem e Citizenhood”, proposed by the Interdisciplinar Dinamic Museum of Estate University of

¹ Especialista em Gestão Pública pelo Instituto Superior de Educação do Paraná - INSEP. Contato: mcfcapelette@uem.br ou marciafacci@hotmail.com

² Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Estadual de Londrina. Contato: bmazzei@brturbo.com.br

Maringá, Paraná. The Descriptive Research was the base for this work, beside the Bibliography Research that gave the necessary support for the discussion about the Extension, since its appearance till its use as an instrument by the Superior Education Institutions. It was used too Documents' Analyses by treating specifically about the Extension Project "Music, Poem e Citizen", that was formalized at the State University of Maringá, in 2005, July, as the Process nº 1926/05. The access to this material was possible because the researcher is member of the Project, what gave the possibility of Participating Observation, or, the results obtained by the Project could be observed by the researcher, not only during the elaboration of this article, but since de "Music, Poem and Citizenship" Extension Project introduction. The objective of the research is to analyse the contribution of State University of Maringá for the citizen development through the Universitarian Extension, using like base, specifically, the Extension Project "Music, Poem and Citizenship". A work of conscientious and development of citizen using music and poem could sound as fancy. So, the challenger of analyzing this project, its reach, wich results were being obtained, seems like a pleasant work and stuffed of surprises.

KEY-WORDS: Social Responsibility. State University. Citizen.

1 Considerações Iniciais

Ao analisar a construção do nosso país, vê-se que isso aconteceu a partir do agrupamento de diversas culturas, línguas e religiosidade. Herdou-se uma nação escravocrata, analfabeta, latifundiária, absolutista. Foram fatores decisivos e negativos para a formação do nosso país: a escravidão indígena e africana; a miscigenação através da aceitação das índias ou do estupro das negras; a imposição da cultura portuguesa, entre outros. Os senhores eram livres, votavam e eram votados, eram considerados "cidadãos", tomavam para si a responsabilidade das funções judiciárias. A educação era privilégio dos filhos homens dos grandes senhores, ou seja, o preconceito racial, social e contra a mulher já nasceu com o nosso Brasil. Apenas a partir do surgimento da classe operária urbana é que surgiram as lutas sociais organizadas, período que também foi marcado pelo segmento anarquista. Os direitos civis e políticos ainda eram privilégios de alguns, assim, seria difícil falar em direitos sociais. Não havia legislação trabalhista e a Constituição Republicana de 1891 retirou do Estado a obrigação de fornecer educação primária, constante da Constituição de 1824. Também não cabia ao Estado a assistência social, sendo esta prestada pela Igreja e similares (CARVALHO, 2005).

Vale ressaltar a citação de Couto e Amado *apud* Carvalho (2005), que consideraram que, de 1881 a 1925, não havia no Brasil povo politicamente organizado, opinião pública ativa,

eleitorado amplo e esclarecido. No entanto, o próprio autor considera que em 1887 o movimento abolicionista sacudiu o país, tornando-se um movimento nacional. Também se destaca a organização do povo brasileiro no caso da eleição direta. Portanto, mesmo sem direitos civis, políticos e sociais, pode-se dizer que o povo brasileiro nunca foi apático.

O auge da ampliação dos direitos sociais deu-se com a implantação da Constituição de 1988 que garantiu direitos inusitados na legislação brasileira, tais como o salário mínimo e licença-paternidade. O principal progresso se deu na área educacional, que é fator decisivo para a cidadania. Outro ponto debatido pelo autor é a desigualdade social, sobretudo de natureza regional e racial. Ele faz uma comparação entre analfabetismo/cor de pele/salário. “A escandalosa desigualdade que concentra nas mãos de poucos a riqueza nacional tem como consequência níveis dolorosos de pobreza e miséria” (CARVALHO, 2005, p.206 - 208).

Assim, o objetivo deste artigo é descrever a ação de Responsabilidade Social, no sentido de formação cidadã, do Projeto de Extensão intitulado “Música, Poesia e Cidadania”, proposto pelo Museu Dinâmico Interdisciplinar da Universidade Estadual de Maringá no Paraná.

2 Metodologia da Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa descritiva, uma vez que se propõe a descrever a ação de responsabilidade social, no sentido de formação cidadã, do Projeto de Extensão intitulado “Música, Poesia e Cidadania”, desenvolvido pela Universidade Estadual de Maringá, no Paraná. Conforme Richardson (1999), a pesquisa descritiva usa padrões textuais como, por exemplo, questionários para identificação do conhecimento. A pesquisa descritiva tem por finalidade observar, registrar e analisar os fenômenos sem, entretanto, entrar no mérito de seu conteúdo.

Para levantamento dos dados foi utilizada a pesquisa bibliográfica sobre a construção da cidadania, os períodos políticos brasileiros demonstrados através da arte, e algumas políticas públicas implantadas pelos Governos Federal e Estadual para a formação do cidadão. Conforme Richardson (1999) “A pesquisa bibliográfica abrange a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, textos legais, documentos mimeografados ou fotocopiados,

mapas, fotos, manuscritos etc.” Ainda no levantamento de dados foram utilizados os instrumentos de Observação Participante, uma vez que uma das autoras faz parte do projeto “Música, Poesia e Cidadania” e segundo Suassuna (2007), Observação Participante “consiste na participação real do pesquisador na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada.” E ainda foi utilizada a técnica de análise de documentos especificamente do Processo nº. 1926/05-UEM/PEC/PROMUD.

Lançou-se mão, assim, da Pesquisa Qualitativa que, conforme Richardson (1999) trata-se daquela pesquisa onde não se utiliza de instrumentos estatísticos para levantamento de dados, sendo mais adequada para a compreensão de um fenômeno social.

3 Revisão da Literatura

3.1 Da Extensão

O tema formação do cidadão através da música e da poesia parece novidade, já que desconhece-se material bibliográfico específico. Muito se fala sobre música e sobre poesia, e unir essas artes com a conscientização do cidadão é algo que acredita-se estar implícito tanto numa como noutra arte.

Conforme o Plano Nacional de Extensão Brasileiro, a extensão é, assim como a filosofia, uma ação política, democrática, e indica que a Instituição que a pratica é engajada na solução de problemas sociais, utilizando pesquisas básicas e aplicadas, e assim, intervindo diretamente na realidade.

Conforme Faria (2001) a origem da extensão se confunde com a origem das universidades européias. Bohnen e Ullmann, (1994, p.304), em análise sobre a Universidade de Bolonha, mostram que:

Sem sermos benignos, logremos sem dúvida afirmar que, por ser influxo na sociedade, a alma *mater* medieval desempenhou igualmente um papel de Extensão, porque irradiou a cultura para fora de seus muros mediante os profissionais que trabalhavam nos diversos segmentos da sociedade.

Para Linhares *apud* Rocha (2001), a Extensão nasceu no Mosteiro de Alcobaça - Portugal, por volta do ano de 1269, e foi adotada por colégios religiosos, incluindo os criados pelos jesuítas na América Latina já no período colonial. Na América Latina, a história da Extensão Universitária tem seu ponto mais marcante a partir do Movimento Estudantil de Córdoba, Argentina, em 1918.

Ainda conforme Rocha (2001), as fases identificadas da extensão são as seguintes:

- Experiências de pequena dimensão: grupos de pequena projeção, ações vinculadas à religião;
- Participação de docentes e discentes em movimentos emancipatórios de caráter ideológico diferenciado, com ações pensadas a partir da Universidade;
- Processo de modernização da sociedade: Revolução Industrial, Revolução Americana e outros movimentos similares;
- Construção, reconstrução e questionamentos críticos e de assunção da Extensão como política social do Estado;
- Novo assumir interno por parte da Universidade; e
- Fase atual do assumir em rede, oportunidade de construção de grande cadeia.

Pode-se afirmar, então, que a extensão universitária apenas vem se modificando desde o período medieval, adequando-se a cada período político, social e econômico. Somente na segunda metade do século XIX a Extensão Universitária teve sua primeira experiência como elemento de questionamento das estruturas sociais, a exemplo da Universidade de Cambridge, Inglaterra. Em seguida, surgiram nos Estados Unidos, experiências de Extensão Universitária sob a forma de prestação de serviços técnicos, difusão técnico-científica, realização de cursos profissionalizantes, educação à distância, educação permanente, cursos noturnos ou outras opções, com grande diversidade de metodologias ou tecnologias. No Brasil, pode-se citar as Escolas Superiores de Lavras e de Viçosa como precursoras da extensão universitária, que, em 1921 iniciaram trabalhos de divulgação técnico-científica com a publicação da revista *O Agricultor*. A Escola Superior de Agricultura de Viçosa, inaugurada em 1926, já em 1929, iniciou a realização da Semana do Fazendeiro, contando com a participação de 39 pecuaristas, atividade que ainda hoje se realiza.

O auge da extensão universitária se dá quando é incorporada como uma das bandeiras de luta do Movimento Estudantil, em Córdoba, onde os universitários assumem o poder na Universidade Católica tradicional, divulgando uma carta que propunha, entre outros objetivos:

[..]veicular la universidad com el pueblo y la vida de la nación, de donde la publicidad de los actos universitarios, la extensión cultural, las universidades populares y ala colaboración obrero-estudiantil (BONDY apud BEENHEIM, 1978, p.8)."

Também Rocha (2001,) acredita que não se pode desprezar a utopia, principalmente na sociedade globalizada que traz conseqüências, inclusive, para as classes excluídas, e que atinge a América Latina e as Universidades. Sugere ainda que a extensão universitária seja repensada, transformando acadêmicos e população em sujeitos na construção da sociedade justa, humana, pacífica e feliz de que se precisa hoje.

Nesse contexto, acredita-se que a extensão universitária é uma ferramenta que não pode, e não deve ser, desprezada por qualquer instituição, principalmente as de ensino superior, já que são as responsáveis pela formação de massa crítica.

3.2 Da Cidadania

Atualmente uma das discussões mais acirradas nos meios políticos, sociais, das ONG's e outros setores do gênero, é a cidadania. Em termos de propaganda, tanto nos três níveis de governo como no de instituições que trabalham com o social, há um forte apelo pela cidadania, pela tomada de atitudes que melhorem a vida da sociedade como um todo, pela responsabilidade com relação ao público. A isso basicamente se tem chamado "luta pela cidadania".

Cidadania não tem uma definição estanque, mas um conceito histórico, com significado variável no tempo e espaço. É muito diferente ser cidadão no Brasil, na China, na Grécia, na Alemanha, nos Estados Unidos, tendo em vista a diferença de direitos e deveres que caracterizam o cidadão de cada um dos países. No entanto, podemos dizer que, na sua acepção mais ampla, cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia.

Assim, precisa-se de conteúdo para um conceito muitas vezes usado indevidamente, para que possamos refletir sólida e conseqüentemente sobre o tema cidadania.

Na visão de Pinsky (2005), os Hebreus contribuíram significativamente com a civilização:

Seu grande legado foi a concepção de um deus que não se satisfazia em ajudar os exércitos, mas que exigia um comportamento ético por parte de seus seguidores. Um deus pouco preocupado em ser o objeto da idolatria das pessoas e com o sacrifício de animais imolados em seu holocausto, mas muito comprometido com problemas vinculados à exclusão social, à pobreza, à fome, à solidariedade. (PINSKY. 2005, p. 16)

Para Karnal *apud* Pinsky (2005, p. 143 - 144) o modelo estético e político adotado pelos norte-americanos baseou-se na Grécia antiga, mais especificamente no sistema democrático ateniense, que excluía as mulheres, os escravos e os estrangeiros. Assim subentende-se que o termo “cidadania” foi criado em meio a um processo de exclusão.

Dizer quem era cidadão – ao contrário de hoje, em que supomos se tratar da maioria – era uma maneira de eliminar a possibilidade de a maioria participar, e garantir os privilégios de uma minoria. Admitir o conceito de cidadania como um processo de inclusão total é uma leitura contemporânea.

Conforme Carvalho (2005, p. 11), “...a própria cidadania é um fenômeno histórico.” Ele cita ainda que, nos países onde a cidadania se desenvolveu mais rapidamente, a educação popular foi introduzida. Daí se pode perceber a importância da educação para a formação do cidadão.

Os alicerces da Cidadania foram formados a partir das Revoluções Inglesa, Americana e Francesa, que tinham como meta os direitos dos indivíduos, a liberdade, a coletividade. Nesse aspecto podemos citar a conquista dos direitos civis, no século XVIII, direitos políticos, no século XIX, e dos direitos sociais, no século XX.

No sentido moderno, o termo cidadania pode ser considerado como um conjunto de membros da sociedade que têm direitos e decidem o destino do Estado. Isto surgiu da Revolução Francesa ocorrida no ano 1789. (FUNARI *apud* PINSKY, 2005).

O desenvolvimento da cidadania pode ser mostrado através de movimentos sociais que ocorreram a partir da Revolução Francesa, cujas metas eram coletivas: igualdade das mulheres; cidadania política; inserção social das minorias; liberdade de expressão; preservação do meio-ambiente; questões indígenas; fim dos preconceitos raciais, entre tantos outros.

Assim, pode-se verificar que o termo cidadania não é estanque, evolui com o tempo; não é apenas uma situação da pessoa diante do país e de suas regras, nem tampouco o simples ato de cumprir normas. Cidadania traduz também sentimentos como solidariedade, apoio ao próximo, amor, responsabilidade social, divisão de conhecimentos e divulgação de informações.

3.3 A Cultura Político-Musical Brasileira

Quando falamos em música estamos falando também de poesia. O que é a música senão um poema sonoro, com ritmo? A arte é a expressão de sentimentos, desejos, frustrações de todo artista e há uma imensa produção artística que reflete os períodos políticos de nosso país, principalmente no período em que vigorou o governo militar. Basta darmos um passeio, por sinal bastante agradável, entre os anos de 1960 até 1985.

A arte é e sempre foi um veículo bastante utilizado para a divulgação de pensamentos, políticas, ideais, sonhos, poesia. Mas nem sempre houve tamanha liberdade de expressão como nos tempos atuais. No Brasil, ainda na época do Estado Novo, no Governo de Getúlio Vargas, não eram permitidas canções de teor político que desfavorecessem o Estado, tanto que muitas que contestavam o governo foram literalmente destruídas, e seus autores, presos.

Não apenas a música, mas toda e qualquer manifestação da arte era rigorosamente controlada pelo governo. E numa tentativa de manter o controle, aproveitando a força política adquirida pela música popular brasileira, o Estado Novo instituiu o Dia da Música Popular Brasileira em 03 de janeiro de 1939. No entanto, a liberdade de expressão da cultura só viria em 1945, com o fim do Estado Novo, e perduraria até 1969, quando o Ato Institucional nº 5, ou simplesmente AI-5, entrou em vigor (13 de dezembro de 1968). Esse ato era o mais abrangente e autoritário de todos os outros Atos Institucionais, e na prática revogou os dispositivos constitucionais de 67, além de reforçar os poderes discricionários do regime

militar. O Ato vigorou até 31 de dezembro de 1978. O AI-5 tomou o controle de qualquer expressão cultural, assim como era praticado pelo Estado Novo. Nesse espaço de tempo nasceu a Bossa Nova, a politização da canção popular, a música de protesto. Fatores como o desemprego, baixo poder aquisitivo, subemprego, dentre outros, motivavam a denúncia social. Essa liberdade só perdurou até 1964, com a tomada de poder pelos militares. Mas, ainda assim, foi uma das épocas mais férteis em questão de composições musicais e surgimento de grandes talentos da arte brasileira. Esse também foi um momento de grande tortura para os compositores e cantores, ou qualquer outra pessoa de destaque social, político, estudantil, acadêmico ou de liderança, que ousasse contestar as atitudes dos militares. Houve um número significativo de prisões, torturas, mortes, desaparecimentos até hoje não esclarecidos, além de exílios em diversos outros países para fugir da cassação ferrenha na qual se empenhou o Governo Militar. (CALDAS, 2005).

Voltando ainda mais no tempo, especificamente ao século XVIII, verificou-se a existência do binômio política-música, quando a capital da Bahia era considerada cultural e socialmente a mais rica cidade brasileira. Cantos e danças como a chula, o lundu e a modinha incomodavam a Corte Portuguesa, a Igreja, autoridades e Alta Sociedade. Como exemplo disso, podemos falar da modinha, que foi trazida do reino de Portugal e se popularizou no Brasil, passando por um processo de “profanização”. Santos (*apud* Caldas, 2003, p. 32), ao falar sobre uma apresentação de Domingos Caldas Barbosa em Lisboa, extremiza: “Eu não conheço um poeta mais prejudicial à educação particular e pública do que este trovador de Vênus e de Cupido”.

Já no governo de Juscelino (1956-1961), assim como na política e economia, a cultura também se modernizou. Isso se justifica pela democracia, crescimento econômico, liberdade de expressão e de criação existente durante o Governo do conhecido “Nonô”. No entanto, o progresso do país estava vinculado a empréstimos altíssimos junto ao FMI (Fundo Monetário Nacional), emissão constante da moeda brasileira para estimular os investimentos estatais, e em 1958 a inflação atingiu patamares elevados. A população rural começou a migrar para o meio urbano, e os problemas sociais começaram a aparecer, gerando assim uma mudança de tema na música brasileira (CALDAS, 2005). Sobre isso encontra-se um exemplo bastante forte em alguns trechos da canção de Chico Buarque lançada em 1965 e intitulada “Pedro Pedreiro”:

[...]Pedro Pedreiro fica assim pensando
Assim pensando o tempo passa
E a gente vai ficando pra trás
Esperando, esperando, esperando
Esperando o sol
Esperando o trem
Esperando o aumento
Desde o ano passado
Para o mês que vem [...].
[...] Esperando a festa
Esperando a sorte
E a mulher de Pedro
Está esperando um filho
Pra esperar também
Pedro Pedreiro penseiro esperando o trem
Manhã, parece, carece de esperar também
Para o bem de quem tem bem
De quem não tem vintém
Pedro Pedreiro está esperando a morte
Ou esperando o dia de voltar pro norte.

Nesse período surgem as favelas, e a música mais uma vez resalta essa triste realidade. Adoniram Barbosa destacou-se com músicas tais como “Saudosa Maloca”, “Despejo na Favela”, “Agüenta a mão, João”, todas tratando do tema construção/demolição/construção.

Foi no início dos anos 60 que a sociedade começou a se organizar em sindicatos, reivindicar melhores salários, direitos previdenciários e defender as instituições democráticas. Ai ganhou corpo um novo artista, revolucionário e conseqüente. O movimento CPC – Centro Popular de Cultura, criado pela UNE – União Nacional dos Estudantes, desenvolveu um trabalho interessante, levando o cinema, teatro, música, poesia e outras manifestações artísticas até as favelas, sindicatos, fábricas, associações de bairros da periferia, ou seja, ao povo que já se via sem as condições básicas de vida. O objetivo desse trabalho era a conscientização do povo, e tal produção perdurou de dezembro de 1961 até o final de 1962. Era um trabalho político-ideológico. (CALDAS, 2005).

Em 1966 a TV Record organizou um festival, e nesse destacaram-se Chico Buarque (A banda), Geraldo Vandré e Theo de Barros Filho. A música “Disparada”, além do marcante discurso pela justiça social, teve como um de seus instrumentos de percussão, uma queixada de

cavalo, representando talvez a pobreza, o sofrimento, a incerteza, a vida difícil e a seca nordestina, além do subdesenvolvimento brasileiro.

Fatos marcantes da história, como as manifestações estudantis pela volta da democracia, as denúncias de tortura destacadas na imprensa brasileira e estrangeira, a morte de Vladimir Herzog, aconteciam ao mesmo tempo em que artistas como Chico Buarque, Edu Lobo, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Milton Nascimento, Sérgio Ricardo, se destacavam, em sua maioria pelo discurso crítico e de resistência. Aí já era 1968. Esse ano também foi marcado pela morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, num protesto de rua, cujo responsável era um policial militar. Esse fato deu origem à canção “Calabouço”, de Sérgio Ricardo; “Menino”, de Milton Nascimento e Ronaldo Bastos. Já em 1985, novamente Milton Nascimento se destaca, juntamente com Wagner Tiso, compondo “Coração de Estudante”, também em homenagem a Edson Luís. (CALDAS, 2005).

Um fato raro na política brasileira foi o discurso do então deputado federal Márcio Moreira Alves, em Brasília, do qual vale destacar alguns pontos:

Quando pararão as tropas de metralhar na rua o povo? Quando uma bota, arrebatando uma porta de laboratório, deixará de ser a proposta de reforma universitária do governo? Quando teremos, como país, ao ver nossos filhos saírem para a escola, a certeza de que eles não voltarão carregados em uma padiola, esbordados ou metralhados? (CALDAS, 2005, p.155)

Em 1968, com a criação do tão conhecido AI-5, pelo Presidente Costa e Silva, a liberdade de discordar das decisões do Estado foi simplesmente banida da prática da ação política em nosso país. Tal Ato Institucional atingiu também grandes pesquisadores, como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, entre outros, estudantes, funcionários públicos, jornalistas, além dos já sofridos artistas. Também o ex-presidente Juscelino foi preso nessa época. A música era, talvez, o único meio de protesto público contra a tirania do Estado. Foi nesse ano que Geraldo Vandré foi preso logo após executar a canção “Pra não dizer que não falei das flores”, no 3º Festival Internacional da Canção, que se tornou uma espécie de hino da juventude. No entanto, o período mais marcado pela censura e

perseguição à cultura foi de 1969 a 1976, isso inclui o governo de Garrastazu Médici. (CALDAS, 2005).

Henfil e Ziraldo, além da peça “*Hair*”, foram destaques nessa época, esta última fazendo forte alusão à paz, liberdade e amor. Mas a música continuava sendo a arte mais visada pela censura militar. Em 1969 Gilberto Gil, exilado em Londres, compôs “Aquele Abraço”. Chico Buarque, exilado forçosamente em Roma, compôs, juntamente com Vinicius de Moraes e Toquinho, a música “Samba de Orly”, carregada da melancolia e angústia de viver no exílio. Vale ressaltar que Chico Buarque foi o compositor que mais se destacou nessa linha de denúncia e, justamente por isso foi o compositor mais perseguido pela censura. Em 1973, adotou o pseudônimo de “Julinho da Adelaide”, e como tal gravou “Milagre brasileiro”.

A abertura política só se consolidou com o fim do governo Figueiredo, em 15 de março de 1985, e início do governo Geisel, com apoio do General Golberri do Couto e Silva, que cautelosamente começaram a redemocratização do Brasil. Foi esse governo que acabou com o AI-5 e tantos outros decretos que chamavam de “excrescências”. Mas apenas em agosto de 1979 é que o governo Geisel conseguiu aprovar a Lei da Anistia, trazendo de volta ao Brasil todos os exilados políticos, e aí, contrariando o que disse Chico Buarque na canção “Apesar de Você”, também os torturadores foram anistiados. Vale frisar trechos dessa canção de Chico Buarque:

Quando chegar o momento
Este meu sofrimento
Vou cobrar com juros, juro
Todo esse amor reprimido
Esse grito contido
Este samba no escuro
Você que inventou a tristeza
Ora, tenha a fineza
De desinventar
Você vai pagar e é dobrado
Cada lágrima rolada
Nesse meu pensar.

Antonio Manoel, em Daglian (1985, p. 9), ao se referir às músicas e poesias, afirma que:

Há aquelas que se inscrevem por meio da mútua influência produzida pelo convívio de músicos e poetas em diferentes circunstâncias. Acrescentemos

as intenções e os programas, os alvos expressivos e criadores de indivíduos, grupos e períodos, que induzem, promovem e realmente instauram a troca de objetivos: poesia como música, música como poesia.

Aqui pode-se falar com propriedade, que a música e a poesia se misturaram desde sempre. Muitas vezes o que foi escrito como poesia acabou sendo transformado em música nas mãos de poetas instrumentais. Foi o que aconteceu com poesias de diversos escritores famosos, como Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade. Na visão de Hygia Therezinha Calmon Ferreira (*apud* DAGLIAN, 1985), um dos grandes exemplos do que pode ser chamado de música/texto-manifesto é a música “Alegria, alegria”, de Caetano Veloso.

Dentro do próprio projeto que a pesquisa se propõe a estudar existem músicas e poesias de autores ainda desconhecidos do grande público, que versam sobre os temas política e cidadania. Músicas e poesias de protesto, de tentativa de conscientização da população sobre seus deveres e direitos. Mais à frente serão citados alguns exemplos disso.

4 A Universidade e suas Responsabilidades Sociais

Falar da Universidade Estadual de Maringá é uma tarefa inspiradora, principalmente quando se leva em consideração que é uma das primeiras Universidades do Estado, e que permanece em ritmo de crescimento tanto no que tange ao ensino de graduação e pós-graduação, quanto à pesquisa e, principalmente por ser nossa área de análise, à extensão universitária.

A Universidade Estadual de Maringá foi criada em 1969 pela Lei 6.034/69 e Decreto Estadual 18.109, de 28/01/1970. Veja-se a importância dessa Instituição para a região, no texto do Prof. Reginaldo Dias, historiador e professor da UEM, extraído do Informativo semanal nº 800, ano XVII, de 07 a 13/11/07:

Em 1969, a criação da UEM representava uma grande conquista para Maringá e região. Na época, Maringá contava 22 anos de fundação e 18 anos de emancipação política e, em razão de seu célere e impressionante desenvolvimento, ganhava sua universidade. Fundada para se integrar e impulsionar o desenvolvimento da região, segundo os termos da política do

governo estadual, a UEM nasceu, porém, com as marcas da reforma universitária patrocinada pela ditadura militar.

A UEM teve início a partir das Faculdades Estadual de Ciências Econômicas, criada em 1959, Estadual de Direito, criada em 1966 e Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1966. A Lei nº 6.034 de 06/11/69 autorizou a criação da Universidade Estadual de Maringá, agregando à mesma as faculdades existentes. Pelo Decreto Estadual nº 18.109 de 28/01/70 foi criada, sob a forma de fundação de direito público, a Fundação Universidade Estadual de Maringá (FUEM), sendo reconhecida em 11/05/76, pelo Governo Federal (Decreto nº 77.583) e tornou-se autarquia pela Lei Estadual nº 9.663 de 16/07/91, mantendo a mesma denominação.

A melhoria da qualificação de seu quadro de pessoal propiciou um crescimento significativo das atividades de extensão e prestação de serviços, a partir da década de 80. Desde então, as atividades mais frequentes se relacionam às de apoio ao ensino de 1ª e 2ª graus, pré-escola e educação especial.

A luta pelo ensino gratuito foi conquistada há vinte anos, através da Lei 8.675, de 21 de dezembro de 1987. Isso também é um fato que pode-se dizer resultante da luta que teve início nos anos 60, conforme disse o professor Dias (2007).

Assim, a Instituição de Ensino Superior, principalmente a pública, além da sua missão de formar profissionais nas diversas áreas de conhecimento, tem a obrigação de contribuir para a formação de opiniões, de agregar, de levar a informação àqueles que não tem acesso à ela, e os projetos de extensão tem sido uma das formas encontradas para se chegar a qualquer camada social, numa troca de informações e conhecimentos que engrandecem não só as pessoas da comunidade em geral, mas principalmente a massa crítica formada dentro da universidade, que passa a atuar de forma mais condizente com a realidade.

Muito se fala do distanciamento da universidade com a população em geral, que o muro que as separa deve ser atravessado pela instituição. Portanto, a extensão é uma das formas mais viáveis de fazer chegar à população o resultado do trabalho, do estudo, e da pesquisa acadêmica, além de significar, com certa relevância para a instituição de ensino superior, uma rica troca de experiências, conhecimentos e informações com a população

muitas vezes sem acesso ao ensino. Este foi um fator imprescindível para que o Museu Dinâmico Interdisciplinar decidisse fazer parte do Programa Nacional de Educação Fiscal.

5 As Bases do Projeto de Extensão “Música, Poesia e Cidadania”

Em julho de 1997, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, a criação de um grupo de trabalho constituído por representantes das Secretarias Estaduais da Fazenda, da Secretaria da Receita Federal e do Ministério da Fazenda para implantar o programa nacional de conscientização tributária e despertar a prática da cidadania.

Em março de 1999, passaram a integrar o grupo representante do Ministério da Educação e da Secretaria do Tesouro Nacional. Em julho de 1999, o programa recebe a denominação de Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF, coordenado pelo Grupo de Trabalho de Educação Fiscal – GEF. No mesmo ano, o Paraná adere ao PNEF, coordenado pelo Grupo de Educação Fiscal Estadual – GEFE/PR. Em 2002, o PNEF é regulamentado pela Portaria nº 413 – Ministério da Fazenda e Ministério da Educação.

Foram determinadas várias diretrizes para o PNEF, dentre elas a ênfase no exercício pleno da cidadania; o tratamento das questões tributárias e de finanças públicas abrangendo os três níveis de governo; caráter de educação permanente; desvinculação de campanhas de premiação que visassem apenas o aumento de arrecadação; participação do cidadão na gestão governamental; inserção da educação fiscal como tema social contemporâneo nas escolas.

Os objetivos seriam: sensibilização do cidadão para a função sócio-econômica do tributo; difundir conhecimento sobre administração pública; incentivar o acompanhamento pela sociedade da aplicação dos recursos públicos, e criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão.

A Sociedade mundial vive um momento de transformações estruturais: globalização, formação de blocos econômicos e revolução tecnológica, e as mudanças ocorrem com tamanha velocidade que muitas vezes a dimensão humana fica relegada a um segundo plano. Por essa razão, é necessário o repensar constante de nossas atitudes, em uma perspectiva mais humana, propiciando a inclusão social com vistas ao nosso momento histórico.

Conforme instruções dos Programas Nacional e Estadual de Educação Fiscal, os conhecimentos específicos podem ser trabalhados de forma articulada com as diversas áreas do conhecimento, por meio de diferentes linguagens: colóquios; textos; músicas; poesias; artes visuais; artes cênicas, entre outras. E, o Museu Dinâmico Interdisciplinar da UEM, através dessas aberturas, oficializou o Projeto de Extensão que agora é o objeto de estudo desse artigo.

6. O Projeto de Extensão “Música, Poesia e Cidadania”

As áreas temáticas são a Cultura e a Educação, visando a Cidadania e Educação Fiscal. O início das atividades aconteceu em agosto de 2005, e estão baseadas nos parâmetros curriculares implantados pelo MEC, que instituiu temas transversais a serem abordados em todas as disciplinas, tais como a educação fiscal. Tal implantação foi impulsionada pela preconização, em 1987 pela UNESCO, da junção das ciências numa perspectiva holística na construção de uma sociedade mais justa e ética, numa tentativa de romper com o estilo fragmentado do ensino que favorece a formação de indivíduos insensíveis e incapazes de avaliar o mundo que os cerca. O projeto atualmente é composto de 02 docentes, 01 discente e 03 técnicos administrativos.

O primeiro relatório foi apresentado em dezembro de 2005, e inclui pesquisa e montagem de um espetáculo de músicas e poesias, visando a conscientização da população sobre direitos e deveres do cidadão, além de sugerir mudanças de atitude que visem o bem comum. A formação de disseminadores de Educação Fiscal e Cidadania foi trabalhada em eventos específicos.

Foram feitas, no período de julho a dezembro/2005, 28 apresentações, atingindo um público de cerca de 8000 (oito mil) pessoas, dentre as quais, professores do ensino fundamental e médio envolvidos com os Programas Nacional e Estadual de Educação Fiscal, políticos, alunos de ensino fundamental, médio e universitário, delegados da Receita Federal e população em geral.

Em princípio, o espetáculo montado visava apenas a Cidadania e Cidadania Fiscal, composto de três momentos: denúncia da corrupção, do mal uso do dinheiro público e suas conseqüências sociais; convite à comunidade para mudança de postura, adoção de atitudes e

auxílio no sentido de transformar a realidade, e sugestão de alguns caminhos que podem ser trilhados e da importância de se manter a esperança em um futuro melhor.

O carro-chefe do espetáculo é uma música ainda inédita, com letra de Antonio Camargo de Maia e Valcir José de Brito, um deles cortador de cana em uma pequena cidade do interior do Estado do Paraná, e música de José Ribeiro da Costa (Tijolo), um dos participantes do Projeto. É interessante transcrever aqui essa música, que tem chamado a atenção nos quase cem espetáculos já feitos. Um clipe foi produzido pela Associação Comercial e Industrial de Maringá, em parceria com a Delegacia da Receita Federal de Maringá, Sociedade Eticamente Responsável e Museu Dinâmico Interdisciplinar da UEM, e esta sendo exibido por diversas cidades em eventos organizados por parceiros dos Programas Nacional e Estadual de Educação Fiscal.

É tão triste ao caminhar pela cidade
Ver de perto a realidade que atravessa essa nação
Como pode um país tão fascinante
Vermos coisas tão chocantes
Que nos cortam o coração?
O menino que devia estar na escola
Estudar, brincar de bola
E jamais ser esquecido
Mas está lá no farol pedindo esmola,
Seu brinquedo é craque, é cola
Seu futuro é ser bandido.
Aonde estão, os homens que tem o dever
E a obrigação de fazer
Mudar essa realidade?
[...] Vem a noite e outra vez começa o drama
A calçada vira cama
O jornal é o cobertor.
Como pode num país que é tão rico
Vermos coisas desse tipo
Que nos causam tanta dor?
Na verdade são tratados como bichos
Como feras, como lixo
Num descaso dos humanos
É o retrato da miséria e da pobreza
O que assusta é a frieza
O descaso e o abandono.
Aonde estão, os homens que tem o dever
E a obrigação de fazer
Mudar essa realidade?

Aonde estão?
Eu sei que ainda existe alguém
Honesto, honrado e de bem
Que ama o Brasil de verdade.

Além dessa, foram incluídas no projeto músicas como: “Construção”, “Funeral de um Lavrador”, “Gente Humilde”, de Chico Buarque; “Meu País”, de Zezé di Camargo e Luciano; “O meu País”, de Zé Ramalho; “Coração Civil”, de Milton Nascimento; “Tocando em Frente”, de Almir Sater; “O que é, o que é?” de Gonzaguinha; “Esta Mesa”, da Campanha da Fraternidade de 1982; “Planeta Água”, de Guilherme Arantes; “É Preciso saber Viver”, do Titãs.

Poesias conhecidas ou não, foram usadas para atingir o objetivo: “Bicho Homem”, de Manuel Bandeira; “Ensinando em Silêncio”, de Marcílio Hubner; “Lentes Novas”, de Lia Sambatti; “Morte Lenta”, de Pablo Neruda; “Realidade”, de Edegar Alves da Silveira; “Eu sei, mas não devia” de Marina Colasanti; e “Mulher” de uma das autoras desse trabalho, escrita especificamente para o Projeto em pauta, e que trata da luta da mulher pela sua inserção na sociedade paternalista que ainda vigorava nos anos 60. As músicas e poesias foram sempre intercaladas com pequenas falas, no intuito de que o ouvinte analisasse o conteúdo e não apenas a apresentação da arte.

Entende-se então, que o objetivo do projeto em análise não é só o de divulgar, de forma amena e agradável, situações anti-éticas que, infelizmente ainda assolam nosso país, mas, principalmente de conscientizar as pessoas de que podem e devem exercer sua cidadania.

7 Conclusão

Música e poesia; poesia e música. O que viria primeiro? Além da sonorização instrumental, qual a diferença entre elas? Para um poeta, essas duas artes se confundem, mesmo porque, ainda conforme os poetas, em tudo se pode enxergar poesia, até mesmo numa parede rabiscada ou num simples acenar de mão. Mas, a junção dessas artes para falar de políticas públicas, de cidadania e de educação fiscal, pode parecer um tanto quanto estranho. No entanto, o Programa Nacional de Educação Fiscal, deu abertura para que fossem

desenvolvidos trabalhos relacionados ao seu objetivo a partir da utilização das artes, inclusive da música e da poesia.

Pensar a política na atualidade é trabalhar com a certeza do declínio da vida pública. Governantes desacreditados, população descrente. Governo corrupto, população corruptora.

A sociedade aprendeu a reclamar seus direitos, buscar a satisfação de suas necessidades básicas através de serviços públicos. No entanto, o governo já não consegue atender à todas as necessidades básicas da população, e isso oportunizou o surgimento do Terceiro Setor, como é o caso da SER – Sociedade Eticamente Responsável, criada em Maringá, no ano de 2004. Essa entidade tem trabalhado no sentido de conscientizar a população e acompanhar a aplicação dos recursos públicos. Assim, UEM, SER e Receita Federal se uniram no Projeto em estudo.

Por mais que pareça difícil a solução dos problemas globais e locais, principalmente no que se refere à conscientização e participação do cidadão, pode-se lembrar Bernard Shaw *apud* Ferreira (2002, p. 23): “...Alguns homens vêem as coisas como são e perguntam por que? Eu sonho com as coisas que nunca existiram e pergunto: por que não?...”

O primeiro código de Ética escrito, o de Hamurabi, já falava em alimento e saúde, meios de subsistência, erradicação da fome, moradia e paz, ainda em um tempo considerado bárbaro.

A ética supõe progresso intelectual, moral, afetivo e divino e, para atingir esse nível necessita de auxílio, normalmente daqueles que detêm informações e conhecimentos, não apenas de matérias, mas de crença, de amor, de caridade e humildade, de seriedade.

Também não se pode esquecer que mudanças requerem destruição, e destruir o comodismo é um começo para a tomada de atitudes, de cobrança de direitos e cumprimento de deveres, apesar de parecer uma tarefa árdua. No entanto, através da arte, tudo pode ser transmitido de forma agradável e com um poder de abrangência bastante relevante, ou seja, pode-se transmitir ou trocar conhecimentos através da arte a pessoas de 08 a 80 anos.

Implantar um projeto que unisse o prático e o imaginário, o ideal e a realidade, o sentimentalismo e a aspereza da vida; recuperar a auto-estima de pessoas que vivem às margens de tudo o que lhe seria naturalmente proporcionado pelos poderes públicos, a partir da arrecadação de tributos; mostrar, de forma sensível, que cumprir com seus deveres implica também em cobrar seus direitos, isso tudo parece contrastante. No entanto, percebe-se no

projeto em estudo que a formação do cidadão pode e deve passar pelo lado emocional, no sentido de engajá-lo na luta por um mundo mais ético e solidário.

Como disse Jussara Rocha Ferreira (2002, p. 50): “O pretense mundo por nós sonhado deve incluir e respeitar, não simplesmente globalizar.” Partindo desse princípio, chega-se à justiça, democracia, respeito individual, respeito coletivo, liberdade. Mas um povo atrelado à necessidades básicas, sem acesso à educação escolar, sem informações, não pode atuar criticamente e é facilmente manejável. Daí o papel da instituição pública ser tão relevante na formação do cidadão. É na escola que se aprende a ser crítico. No entanto, há que se considerar que o trabalho a ser feito não é apenas de conscientização, mas de pleno conhecimento de que democracia não é anarquia ou desrespeito. A cobrança da sociedade com relação ao uso do dinheiro público, ou seja, a aplicação dos tributos em favor da própria sociedade deve partir de princípios éticos e legais. Justiça não é autoritarismo. Não basta a conscientização. É preciso olhar para o mundo ao seu redor, e tomar atitudes para mudar a história.

Lembrando o que disse Ferreira (2002), seria de grande valia para a sociedade ver crescer o número de projetos desenvolvidos por instituições de ensino superior que atuassem na sociedade, e para se atingir esse objetivo, o que ela chama de “fórmula mágica” já existe: os projetos de extensão universitária. Através desses projetos, com a interação entre a academia e a população em geral, a troca de conhecimentos e informações pode proporcionar respeito, solidariedade, atitudes éticas, transformando o simples indivíduo em cidadão de fato, que age, busca mudanças, e que, além dos seus direitos, cumpre com seus deveres. Obviamente que, para se chegar a isso, é preciso um investimento maior, um comprometimento da população acadêmica com o social, dos governos das três esferas com a educação. E, principalmente, não negar a nenhuma criança o direito à educação e ao conhecimento, pois esse é o único meio capaz de tirar o ser humano da miséria e da opressão.

Compartilhando da visão de Ferreira (2002), acredita-se que a academia, mais do que nunca, deve ser levada aos bairros, às favelas, vilas rurais, campos, ruas, e lá fazerem a diferença. E para isso, além de democracia, precisa-se de pessoas que acreditem que as desigualdades só serão amenizadas com políticas humanistas e includentes. E isso implica não só compartilhamento de conhecimentos, mas de amor, de solidariedade, de comprometimento.

O filósofo Ernest Fischer *apud* CALDAS (2005, p. 101), afirma que “A função da arte não é a de passar por portas abertas, mas a de abrir portas fechadas”. Isso se pode comprovar através das muitas músicas e poesias citadas no presente trabalho, composições essas destacadas no Projeto de Extensão em estudo. O objetivo da arte aqui discutido, é: denunciar a situação de exclusão da grande maioria do povo brasileiro; colaborar com a luta pela conscientização da população acerca dos seus deveres e direitos; tornar essa nação mais justa, ética e solidária.

A partir da Observação Participativa, pode-se verificar, desde as primeiras apresentações culturais do Grupo “Abaecatu”, “Homem de Bem” na língua Tupi-Guarani, criado a partir do Projeto em discussão, que a grande maioria dos espectadores sempre se mostrava compenetrada, reflexiva. E uma afirmação bastante comum do público que sempre chamou a atenção dos componentes do grupo, na seqüência das apresentações, é o fato de que, apesar do roteiro composto por muitas obras musicais e poéticas já bastante conhecidas, eram todas vistas e ouvidas de uma forma até então impensada. Ou seja, a forma como eram apresentadas levavam a uma interpretação condizente com o dia-a-dia das pessoas. Muitas se colocavam como o indivíduo que “nasceu num povoado e foi criado ao contento”, como o protagonista da poesia “Realidade”, de Edemar Alves da Silveira. Também era comum encontrar pessoas que, a partir do contato com o espetáculo, diziam-se novamente motivadas, recuperando a esperança na construção desse mundo justo que todos sonham.

Assim, com já se demonstrou anteriormente, uma pequena parte da responsabilidade social da Universidade Estadual de Maringá vem sendo cumprida através de um de seus Projetos de Extensão, elaborado a partir de uma oportunidade provocada pelo próprio Governo Federal quando do lançamento do Programa Nacional de Educação Fiscal. Trabalhar a educação fiscal e a cidadania através de músicas e poesias, se leva a acreditar, cada dia mais, numa grande verdade escrita por centenas de poetas e compositores e que, muitas vezes, passa despercebida: o povo precisa de arte, e a arte precisa do povo. Através da arte pode-se chegar a resultados muitas vezes não alcançados com a ciência. E o que é a arte senão uma ciência? Ciência do amor, da solidariedade, da paz. Paz de que tanto a humanidade precisa. E a arte, aqui resumida em músicas e poesias, é um dos meios que mais cativam. Lembrando a colocação de uma psicóloga após a realização de um espetáculo do grupo Abaecatu: “a poesia

chega, muitas vezes, onde nem a psicologia pode chegar”. Isso é o que podemos chamar de resultado de um trabalho que nada mais exige do que dedicação e responsabilidade social.

Concluindo, pode-se dizer que a nação justa, ética e solidária que muitos sonham pode ser realmente construída a partir de ações simples e que, partindo de instituições com credibilidade como as envolvidas no Projeto de Extensão “Música, Poesia e Cidadania”, tornam-se um veículo de fácil acesso à grande parte da população, mesmo porque, não tem caráter político ou fins lucrativos, mas atitudes. E o único passo entre o sonho e a realidade é a atitude.

REFERÊNCIAS

Disponível em: <http://acervoditadura.rs.gov.br>. Consulta feita em 27/11/07

CALDAS, Waldenyr. **A Cultura Político-Musical Brasileira**. São Paulo: Musa, 2005.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. 20ª Edição. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DAGLIAN, Carlos. Organização. **Poesia e Música**. Debates 195. Literatura. São Paulo, Perspectiva, 1985.

DeNIPOTI, Cláudio; ARRUDA, Gilmar. Organizadores. **Cultura e Cidadania**. Coletânea. Vol. I. ANPUH – PR. 1996.

FARIA, Dóris Santos de. Organizadora. **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, Jussara Rocha. **Transversalizando a Ética no Ensino, Pesquisa e Construção da Cidadania**. Goiânia: Proluz, 2002

Imprensa Oficial do Estado do Paraná. **PEF/PR – Programa Educação Fiscal no Paraná**. Folder. Curitiba, 2005.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, DISOC – Diretoria de Estudos Sociais. **Radar Social**. Brasília, 2005.

Ministério da Fazenda do Brasil, Escola de Administração Fazendária – ESAF, Programa Nacional de Educação Fiscal. **Material de Apoio para Capacitadores do Programa de Educação Fiscal**. Módulo I. Brasília, 2005.

Ministério da Fazenda, Ministério da Educação e Programa Nacional de Educação Fiscal. **Educação Fiscal no Contexto Social**. Caderno 1. 2ª Edição atualizada. Brasília, 2005.

Ministério da Fazenda, Ministério da Educação e Programa Nacional de Educação Fiscal. **Relação Estado - Sociedade**. Caderno 2. 2ª Edição atualizada. Brasília, 2005.

Ministério da Fazenda, Ministério da Educação e Programa Nacional de Educação Fiscal. **Gestão Democrática dos Recursos Públicos**. Caderno 4. 2ª Edição atualizada. Brasília, 2005.

Ministério da Fazenda, Ministério da Educação e Programa Nacional de Educação Fiscal. **Situando a Educação Fiscal**. Caderno 1. Brasília, 2005.

MIRANDA NETO, Marçílio Hubner de; SAMBATTI, Lia Therezinha; PRIORI, Ângelo; CONEGERO, Celso Ivan. Organizadores. **Poetas da UEM: a convivência entre o conhecimento e a sensibilidade**. Maringá: ADUEM, 1998.

PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry; WAINRIGHT, David. Organização. **Pesquisa Social**. Capítulo 6. São Paulo: Ed. Atlas, 3ª Ed. 1999. Disponível em: <<http://jarry.sites.uol.com.br/pesquisaqualitativa.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2007.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília. 2001.

TINHORÃO, José Ramos. **Música Popular: um tema em debate**. 3ª Edição revista e ampliada. São Paulo: Editora 34, 1998.

UEM/PEC/PROMUD. **Projeto de Extensão “Música, Poesia e Cidadania**. Processo nº 1926/05.

HOBBS, Thomas. Do Cidadão. **Tradução, apresentação e notas de Renato Janini Ribeiro**. São Paulo: Martins Fontes, 1998